

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MONSUL

MONSUL – POVOA DE LANHOSO

NIPC: 503529320

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2017

Monsul, março.2018



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

Exercício de 2017

Em cumprimento das suas atribuições, vem a Direção do Centro Social e Paroquial de Monsul apresentar o Relatório de Atividades e Contas da Direção de 2017:

1. Envolvente

Vive-se neste momento no País um clima de alguma euforia resultante de um conjunto de indicadores positivos; a verdade, porém, é que este ambiente positivo parece frágil e é mais resultado de fatores otimistas externos do que de mérito interno. Verificou-se em 2017 um decréscimo acentuado do nível de desemprego, sendo que a maior parte dos novos empregos são precários, pelo que de facto se mantém as carências sociais que justificam o trabalho das instituições de solidariedade social.

Estas têm contribuído de forma exemplar para a redução das carências primárias que assolam o País, sendo de realçar os esforços do governo, que através da Segurança Social, tem viabilizado financeiramente as IPSS no sentido destas poderem assumir a sua função no atual contexto social.

Neste contexto as IPSS continuam a desempenhar um papel importante, no apoio diário a todas as pessoas que, por razões de abandono, de velhice, de desemprego, de doença e outras, necessitam de auxílio.

2. Atividades

Em 2017, o Centro Social e Paroquial de Monsul manteve a sua atividade centrada no apoio domiciliário. A média de utentes continua a ser de 30. Adicionalmente, teve em vigor em 2017 um protocolo com a Segurança Social, garantindo a instalação e funcionamento de uma "cantina social", no âmbito do Programa de Emergência Alimentar. Esta cantina assegurou refeições condignas – em média 686 refeições por mês a crianças e adultos com dificuldades económicas graves. O subsídio recebido da Segurança Social foi de 2,50€ por refeição. Sucedeu porém que no final do ano foi esta entidade informada do fim deste programa (PEA), que assim deveria ter terminado no final de 2017. Ora felizmente isso não aconteceu; o programa continuou no 1º semestre de 2018.



Animação e saúde: O Centro Social promoveu em 2017 várias atividades lúdicas e religiosas, de apoio à saúde dos utentes, das quais podemos destacar: passeio a Fátima, passeios ao Bom Jesus, Sameiro e a São Bento da Porta Aberta; visita à Quinta Pedagógica de Braga e uma excursão a Balazar. Assegurou-se a continuidade das aulas semanais de ginástica e fisioterapia, para o que este Centro Social continua a contar com a preciosa ajuda da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, através da disponibilização de um técnico.

O Centro mantém um serviço gratuito de enfermagem ao domicílio, com o objetivo de responder de imediato aos pedidos de apoio dos utentes, de baixa gravidade, ou quando não podem deslocar-se ao Centro de Saúde ou ao hospital.

O Centro levou ainda a efeito outras atividades lúdicas, a saber: ginástica geriátrica, trabalhos manuais. Foi disponibilizado a todos os utentes que o desejem, suportando eles o respetivo custo, um serviço de tratamento dos pés.

Durante as férias foi ativado, com a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, o "Programa de Férias Ativas", que abrangeu cerca de 100 crianças, durante os períodos de férias anuais

Formação: Durante o ano de 2017 este Centro Social continuou a realizar ações de sensibilização na área da nutrição/alimentação. Foram também realizadas ações sobre primeiros socorros, alimentação por sonda gasogástrica, negligência e maus tratos. Estas ações foram levadas a efeito em parceria com a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e responsabilidade técnica das empresas de formação "Controlsafe" e "Aparcaldade".

3. Investimentos

Em 2017 este Centro Social investiu apenas € 833,06 em pequenos equipamentos. Não houve em 2017 nenhum investimento cofinanciado pelos fundos comunitários.

4. Evolução de gastos, rendimentos e resultados

Os serviços prestados (matrículas e mensalidades dos utentes) atingiram o montante de € 47.506,50, contra € 37.630,50 no ano transacto, pelo que se registou um crescimento de 26% devido em parte à receita inerente ao "Programa de Férias Ativas". Da Segurança Social foram recebidos subsídios no montante de € 104.702,00, contra 107.568,24 euros em 2016, logo, houve um decréscimo de 2,7%. Os subsídios foram assim distribuídos: subsídio à valência de Apoio Domiciliário – 84.117,00 euros; subsídio à Cantina Social (Programa de Emergência Alimentar) – 20.585,00€.

Do Banco Alimentar, "Associação de Entre Ajuda" e outros, foram recebidos géneros alimentares, doações essas avaliadas em 1.545,60 euros. Outros rendimentos: restituição de IVA suportado em géneros alimentares - 2.822,08 euros; imputação de subsídio ao investimento - 2.000,00 €, outros ganhos imputáveis ao período anterior - 1.187,93 euros. Os gastos operacionais, incluindo consumos de géneros, gastos gerais, gastos com pessoal e depreciações, registaram o montante de 159.381,81 euros, contra 146.658,48 € registados no ano anterior (agravamento de 8,7%). Os gastos com pessoal atingiram € 74.644,78, tendo ficado ao nível do ano anterior. Os fornecimentos e serviços externos atingiram o montante de € 40.379,83. Os maiores agravamentos verificaram-se nas rubricas de subcontratos (54%); conservação e reparações (156%). Os subcontratos estão relacionados com pessoal contratado para assegurar os fins de semana; houve custo acrescido nas reparações das viaturas; houve forte agravamento do custo dos géneros alimentares, em grande parte devido ao já referido Programa de Férias Ativas. Do lado do rédito, temos que o volume de operações (prestações de serviços + subsídios à exploração) atingiu o montante de 153.754,10€ contra 149.808,04 € no ano anterior, tendo crescido cerca de 2,6%.

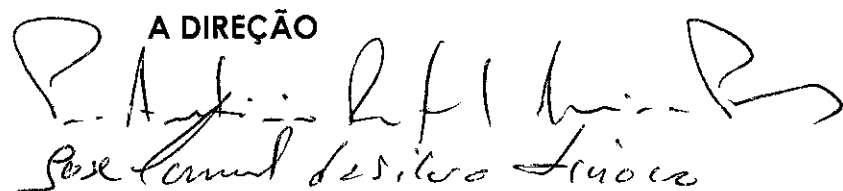
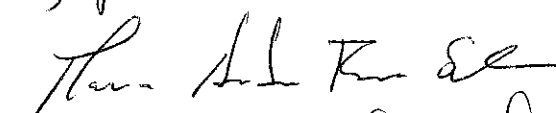
5.Evolução da situação financeira

Os principais índices apontam para uma situação financeira sólida, estável. Destacam-se os seguintes indicadores: autonomia financeira – 67%; liquidez geral – 167%; solvabilidade – 206%.

6.Proposta de aplicação do resultado líquido do período:

O exercício de 2017 encerrou com o excedente líquido de 382,29 euros. A Direção propõe que este resultado transite a crédito da conta de resultados transitados.

Monsul, 20 de março.de 2018

A DIREÇÃO

Paulo António de Fátima
x André Luís Pereira Soares

Paulo António de Fátima

Centro Social e Paroquial de Monsul
Balço Individual em 31 de Dezembro de 2017

NIPC: 503 529 320

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-17	31-dez-16
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	13.947,17	17.086,05
Propriedades de investimento	6	10.728,20	10.728,20
Investimentos financeiros	6	274,32	180,97
Total Ativo não corrente		24.949,69	27.995,22
Ativo corrente			
Inventários	7	438,15	385,60
Clientes / Utentes	11 / 12	2.985,00	2.545,00
Estado e outros entes públicos	15	1.578,91	0,00
Capital subscrito e não realizado		0,00	
Outros créditos a receber	12 / 14	3.246,40	7.358,00
Diferimentos	13	869,97	1.067,95
Outros ativos correntes		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	19.447,45	19.456,17
Total Ativo corrente		28.565,88	30.812,72
Total do Ativo		53.515,57	58.807,94
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	10	2.379,27	2.379,27
Reservas	10	18.000,00	18.000,00
Resultados transitados	10	4.512,22	2.165,76
Excedentes de revalorização	5	10.368,92	10.368,92
Ajustamentos e outras variações nos fundos patrimoniais	10 / 10	1.359,28	3.359,28
Resultado líquido do período		382,29	5.136,46
Total de Fundos Patrimoniais		37.001,98	41.409,69
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
Total Passivo não corrente		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12	2.948,68	2.497,06
Estado e outros entes públicos	15	1.538,14	1.297,39
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/mem		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	10 / 12	0,00	1.320,03
Outras contas a pagar	12 / 14	12.026,77	12.283,77
Outros passivos correntes		0,00	0,00
Total Passivo corrente		16.513,59	17.398,25
Total do Passivo		16.513,59	17.398,25
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		53.515,57	58.807,94

Póvoa de Lanhoso, 20 de março de 2018

Direcção

O Contabilista Certificado

Jose Manuel da Silva Figueira
x. Jorge Luis Figueira Soares
Jose Manuel da Silva

António Fontenay

Centro Social e Paroquial de Monsul

NIPC: 503 529 320

Demonstração Individual dos Resultados**Período findo em 31 de Dezembro de 2017**

Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	47.506,50	37.630,50
Subsídios, doações e legados à exploração	9	106.247,60	112.177,54
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(40.085,74)	(33.058,69)
Fornecimentos e serviços externos	16	(40.383,94)	(29.669,44)
Gastos com o pessoal	17	(74.644,78)	(74.865,30)
Outros rendimentos	18	6.010,01	2.111,55
Outros gastos	19	(295,42)	(462,11)
Resultado antes de depreciações, gastos financiamentos e impostos (EBITDA)		4.354,23	13.864,05
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(3.971,94)	(8.727,59)
Imparidade, de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos financiamento e impostos) (EBIT)		382,29	5.136,46
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos (EBT)		382,29	5.136,46
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		382,29	5.136,46
Cash-flow		4.354,23	13.864,05

Póvoa de Lanhoso, 20 de março de 2018

Direcção

O Contabilista Certificado

R. Ant. R. F. I. M. P.
José Manuel Leite e Trigueiro
X João Luís Trigueiro
Rosa do L. R. S.
Basilio Manuel Silva

Autenticação

Centro Social e Paroquial de Monsul

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro

NIPC: 503 529 320

Período findo em 31 de Dezembro de 2017

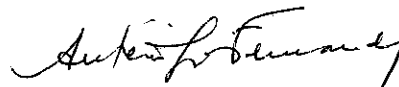
Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-17	31-dez-16
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		47.066,50	37.630,50
Pagamentos a fornecedores		(80.172,20)	(71.518,45)
Pagamentos ao pessoal		(76.830,97)	(64.598,89)
Caixa gerado pelas operações		(109.936,67)	(98.486,84)
Pagamentos / Recebimentos do imposto sobre rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos / pagamentos		112.178,50	109.554,29
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2.241,83	11.067,45
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(833,06)	(3.413,49)
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		(93,35)	(180,97)
Outros Ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(926,41)	(3.594,46)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1.320,03)	(1.684,78)
Juros e gastos similares		(4,11)	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(1.324,14)	(1.684,78)
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(8,72)	5.788,21
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		19.456,17	13.667,96
Caixa e seus equivalentes no fim do período		19.447,45	19.456,17

Póvoa de Lanhoso, 20 de março de 2018

Direcção

O Contabilista Certificado



1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1 Designação da Entidade: Centro Social e Paroquia de Monsul
- 1.2 Sede: Igreja de Monsul, 4830-416 Póvoa de Lanhoso
- 1.3 Número Fiscal da Entidade: 503 529 320
- 1.4 Atividade principal: ACT. APOIO SOCIAL PARA PESSOAS IDOSAS, SEM ALOJAMENTO (CAE: 88101).
- 1.5 Durante o período o número médio de empregados ao serviço foi de 6.
- 1.6 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as , aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. Os pressupostos foram da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas para o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), no princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

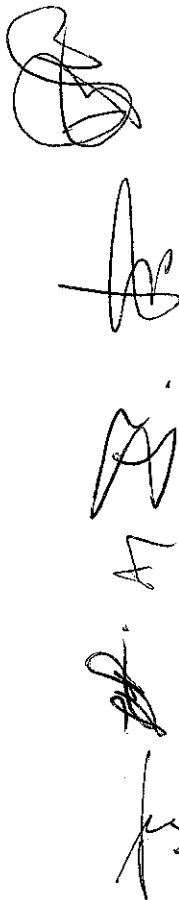
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES**Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado (se aplicável), o qual está de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas de imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Dado que o órgão de gestão não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações e amortizações dos ativos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Propriedades de investimento


As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido e não para uso ou fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo custo de aquisição ou de produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto no período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas.

Investimentos financeiros – outras entidades

Os investimentos financeiros em outras entidades são registados pelo método de justo valor (se fiável) ou o modelo do custo em alternativa.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição ou produção e o valor realizável líquido.

O custo de aquisição engloba o preço de compra, os direitos de importação e os impostos de compras não dedutíveis, os custos de transporte e de manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição, deduzidos dos descontos comerciais e abatimentos. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

O valor realizável líquido é o preço de venda normal estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento, caso existam, e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 - Instrumentos financeiros. Nesta categoria incluem-se, consequentemente, o seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros: os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são reconhecidos ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Caixa e depósitos bancários: os montantes incluídos na rubrica de "caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Estes ativos são mensurados ao custo.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros: os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são reconhecidos ao custo.

d) Financiamentos obtidos: Os empréstimos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros, apurados de acordo com a taxa de juro efetiva, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com o regime de acréscimo (ou no ativo, caso estejam associados a ativos que se qualificam).

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que são apresentados no passivo não corrente do balanço.

Reito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com as vendas.

Subsídios e apoios de entidades públicas

Os subsídios e apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que se cumprirá com todas as condições para o receber.

Os subsídios relacionados com ativos, inicialmente reconhecidos no capital próprio, são imputados à demonstração dos resultados (rendimentos) de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Periodização Económica

Os gastos e rendimentos são registados de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica), pelo que são reconhecidas à medida em que são geradas independentemente do momento de recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos geradas são registadas nas rubricas de devedores e credores por acréscimos e diferimentos.

Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas para o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), adotaram-se pressupostos e estimativas que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou em resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- (a) Estimativa de férias e subsídio de férias de 2017, a pagar em 2018;
- (b) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis;
- (c) Análises de imparidades, nomeadamente de contas a receber;

(d) Análise da necessidade de reconhecimento de provisões

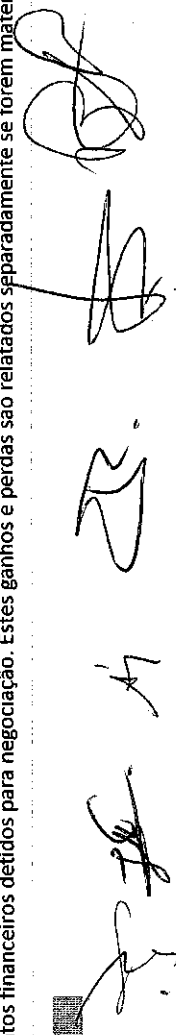
As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente irrelevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

Compensação

Os ativos e os passivos, e os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

Informação comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016. A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Os saldos de caixa e seus equivalentes detalha-se a seguir:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31-12-2017		31-12-2016	
		Quantias disponíveis	Quantias indisponíveis	Quantias disponíveis	Quantias indisponíveis
		Totais		Totais	
Caixa	Numerário (a)	1.445,18		2.427,47	2.427,47
	Numerário em moeda estrangeira	0,00		0,00	0,00
	Subtotais	1.445,18	0,00	2.427,47	2.427,47
	Depósitos à ordem	18.002,27		17.028,70	17.028,70
Depósitos bancários	Outros depósitos bancários	0,00		0,00	0,00
	Subtotais	18.002,27	0,00	17.028,70	17.028,70
Totais		19.447,45	0,00	19.456,17	19.456,17

(a) Inclui valores recebidos, cujo depósito foi efetuado no mês de Janeiro

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento Básico	4 a 20 anos
Equipamento Transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	3 a 10 anos
Equipamentos Biológicos	-
Outros AET	5 a 10 anos

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais		Edifícios e outras construções		Equipamento básico		Equipamento de transporte		Equipamento administrativo		Equipamentos biológicos		Outros ativos fixos tangíveis		Totais	
Em 31-12-17	Quantias brutas escrituradas	0,00	38.983,91	8.084,48	47.807,93	30.728,87	0,00	823,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.428,86			
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(34.257,02)	(4.883,51)	(33.476,98)	(30,6 1)	(763,59)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(104.028,71)			

5	Quantias líquidas escrituradas	0,00	4.726,89	3.200,97	14.350,95	81,36	0,00	59,98	0,00	22.400,15
	Adições	0,00	0,00	770,21	1.906,50	0,00	0,00	736,78	0,00	3.413,49
	Revalorizações									0,00
	Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Reclassificações de/para ativos não correntes detidos para venda									0,00
	Alienações, sinistros e abates (Valor aquisição)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras alterações									0,00
	Depreciações	0,00	(613,77)	(1.910,40)	(5.253,61)	(27,13)	0,00	(756,78)	0,00	(8.561,69)
	Perdas por imparidade									0,00
	Alienações, sinistros e abates (Depreciações acumuladas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
En	Quantias brutas escrituradas	0,00	38.983,91	8.854,69	49.714,43	30.728,87	0,00	1.560,45	0,00	129.842,35
31.12.3	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	(35.036,69)	(6.793,91)	(38.730,59)	(30.674,64)	0,00	(1.520,47)	0,00	(112.756,30)
6	Quantias líquidas escrituradas	0,00	3.947,22	2.060,78	10.983,84	54,23	0,00	39,98	0,00	17.086,05
	Adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	833,06	0,00	833,06
	Revalorizações									0,00
	Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Reclassificações de/para ativos não correntes detidos para venda									0,00
	Alienações, sinistros e abates (Valor aquisição)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras alterações									0,00
	Depreciações	0,00	(389,84)	(515,20)	(2.626,80)	(13,56)	0,00	(426,54)	0,00	(3.971,94)
	Perdas por imparidade									0,00
	Alienações, sinistros e abates (Depreciações acumuladas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
En	Quantias brutas escrituradas	0,00	38.983,91	8.854,69	49.714,43	30.728,87	0,00	2.303,54	0,00	130.675,41
31.12.3	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	(35.426,53)	(7.309,11)	(41.357,59)	(30.658,20)	0,00	(1.947,01)	0,00	(116.728,24)
7	Quantias líquidas escrituradas	0,00	3.557,38	1.545,58	8.357,04	40,67	0,00	446,50	0,00	13.947,17

OUTRAS DIVULGAÇÕES DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

MODELO JUSTO VALOR - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO ATRAVÉS DO MODELO DE JUSTO VALOR

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor.

Os dispêndios incorridos com as propriedades de investimento (conservação e reparação, seguros, impostos ou outros) são reconhecidos nos gastos do período em que ocorrem. As variações decorrentes da aplicação do justo valor são reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica de aumentos/reduções de justo valor.

Descrição	Modelo do justo valor				TOTAL
	Terrenos e rec. naturais	Edifícios e outras constr.	Outras propriedades de investimento	Adiantamento Investimento, por conta Prop. Invest.	
Quantia bruta escriturada inicial	2.765,00	8.295,00			11.060,00

[Assinatura]

Centro Social e Paroquial de Monsul

[illegible]

7 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Empresa possuía inventários valorizados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O valor líquido escriturado de inventário é o seguinte:

Quantias escrituradas de inventários	31-12-2017			31-12-2016		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	438,15	0,00	438,15	385,60	0,00	385,60
Produtos acabados e intermediários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	438,15	0,00	438,15	385,60	0,00	385,60

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período

Quantas de inventários reconhecidas como gastos durante o período		Período: 2017		Período: 2016	
	Matrizes primárias	Matrizes primárias, subsidiárias e de consumo	Totais	Matrizes primárias, subsidiárias e de consumo	Totais
Inventários no início do período (+)	0,00	385,60	385,60	0,00	560,20
Compras (+)	0,00	38.863,42	38.863,42	0,00	30.200,72
Devoluições de compras (-)	0,00	(129,73)	(129,73)	0,00	(43,54)
Descostos e abatimentos em compras (-)	0,00	(141,00)	(141,00)	0,00	(12,39)

Reclassificações e Regularizações (+/-)	0,00	1.545,60 (438,15)	1.545,60 (438,15)	0,00	2.739,30 (385,60)	2.739,30 (385,60)
Inventários no fim do período (-)	0,00			0,00		
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	40.085,74	40.085,74	0,00	33.058,69	33.058,69

8 RÉDITO

O reconhecimento do rédito exige que a respetiva quantia possa ser fíavelmente mensurada, que seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e que os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fíavelmente mensurados.

Foram seguidas as seguintes políticas contabilísticas para o reconhecimento dos réditos:

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido com a transferência para o comprador dos riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens e da respetiva gestão e controlo efetivo.

O rédito é reconhecido linearmente durante o período a que se reporta a prestação dos serviços.

Quando possível, o rédito é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação e é determinado com uma das seguintes metodologias: i) vistorias do trabalho executado; ii) proporção dos serviços executados até à data face ao total dos serviços a serem executados; iii) proporção dos custos incorridos até à data nos custos totais estimados da transação.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Segundo o regime de acréscimo, de acordo com a substância do acordo relevante.

Quando for estabelecido o direito do acionista receber o pagamento, que regra geral ocorre com a deliberação dos sócios da participada.

RÉDITOS OBTIDOS

Réditos obtidos	Réditos reconhecidos no período 2017	Réditos reconhecidos no período 2016	Variação em valor do rédito do ano face a réditos do período anterior	Variação em % do rédito do ano face a réditos do período anterior
Vendas				
Prestações de Serviços	47.506,50	37.630,50	9.876,00	26%
Rendimentos Suplementares				
Juros				
Dividendos				
Totais	47.506,50	37.630,50	9.876,00	26,2%

VENDAS, PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E RENDIMENTOS SUPLEMENTARES POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Informação por mercado geográfico no ano 2017	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Mercado Extracomunitário	Total
Vendas				
Prestações de Serviços	47.506,50			47.506,50
Rendimentos Suplementares				
Totais	47.506,50	0,00	0,00	47.506,50

DETALHE VENDAS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Período: 2017

Informação por mercado geográfico no ano 2017	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Mercado Extracomunitário	Total
Mercadorias				
Produtos Acabados				
Subprodutos				
Ativos Biológicos				
Totais por tipos de venda	0,00	0,00	0,00	0,00

9 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E OUTROS APOIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e de que os mesmos serão recebidos, nos seguintes termos:

Subsídios do Governo e Outros Apoios		Inicial	Reconhecimento	Subsequente
Subsídios relacionados com ativos	Ativos depreciais/amortizáveis	Sem qualquer futuro custo relacionado	Reconhecidos como rendimentos na proporção das depreciações/amortizações dos ativos subsidiados, na conta "7883 Imputação subsídios para investimentos"	
	Ativos não depreciais/amortizáveis	Que impliquem custos de cumprir certas obrigações	Mantidos no capital próprio, exceto, se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade	
Subsídios relacionados com resultados	Para compensação de gastos ou perdas já incorridas		Reconhecidos como rendimento no período em que se suporta o custo de cumprir com certas obrigações, na conta "7883 Imputação subsídios investimento"	Os subsídios concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração são apresentados separadamente na Demonstração dos Resultados
	Para suporte financeiro imediato sem qualquer futuro dispêndio específico		Reconhecidos como rendimento do período em que se tornar receável, na conta "75 - Subsídios à exploração"	
	Relacionados com gastos futuros		Reconhecidos no passivo na conta "282 - Rendimentos a reconhecer"	
Não Reembolsável	Reembolsáveis	Reconhecidos no passivo		Os reembolsos são reconhecidos como redução do passivo

		Período 2017				
		Demonstração dos resultados		Balanco		
		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras)	Rendimentos a reconhecer (diferenças)	Reconhecidas no passivo
						Como passivos a reembolsar
Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço	Subsídios relacionados com ativos			0,00		
				0,00		
		0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
		84.117,00		0,00		
	Subsídios relacionados com resultados	20.585,00				
		1.545,60		0,00		
	Subtotais	106.247,60	0,00	0,00	0,00	0,00

10 FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2017 o fundo patrimonial regista o valor total de 2379,27 euros.

RESERVAS

RESERVAS

A reserva legal, de acordo com a legislação comercial em vigor (n.º 1 do art.º 295.º do CSC), tem de ser reforçada em, pelo menos, 5% do resultado líquido anual, se este for positivo, até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada em capital.

Em 31 de dezembro de 2017, o balanço registava as seguintes reservas legais ascendendo a 0 euros, enquanto as outras reservas – que incluem reservas estatutárias, contratuais, livres e outras, ascendia a 18000 euros.

OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os saldos de outras variações no capital próprio apresentavam os seguintes saldos:

Os movimentos registrados na conta outras variações de capital próprio estão relacionados com a redução pela proporção das depreciações dos ativos subsidiados.

As dívidas de Clientes e de Outros créditos a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

	Período 2017	Período 2016
Utentes / Clientes conta corrente	2.985,00	2.545,00
Utentes / Clientes com títulos a receber	0,00	0,00

Utentes / Clientes com cheques pré-datados	0,00	0,00
Utentes / Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Saldo total de clientes	2.985,00	2.545,00

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS / ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento financeiro. Os instrumentos de capital próprio são reconhecidos no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a entregar dinheiro ou outro recurso em troca dos referidos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados: ao custo ou custo amortizado; ou ao justo valor, com as alterações do justo valor reconhecidas em resultados.

À data de cada relato, a empresa avalia a existência de eventuais imparidades nos ativos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado. Se existir uma evidência objetiva de imparidade a empresa reconhece uma perda por imparidade.

As categorias de ativos e passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, com excepção de caixa e depósitos bancários (nota 4) são detalhadas conforme se segue:

Descrição	2017		2016	
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia bruta	Imparidade acumulada
Mensurado ao custo				
Clientes / Utentes	2.985,00	0,00	2.545,00	0,00
Acionistas/sócios	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores diversos	4.680,00	0,00	5.420,50	0,00
Outros ativos correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros créditos a receber	0,00	0,00	1.937,50	0,00
Mensurados ao justo valor através resultados				
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Mensurado ao custo				
Fornecedores	2.948,68	0,00	2.497,06	0,00
Adiantamentos de clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/me	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	1.320,03	0,00
Outras dívidas a pagar	12.026,77	0,00	12.283,77	0,00
Mensurados ao justo valor através resultados				
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

13 DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

	2017		2016	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Diferimentos				
GASTOS A RECONHECER	869,97	0,00	1.067,95	0,00
Juros suportados				
Rendas pagas				
Seguros	869,97		1.067,95	
Desconto emissões obrigações				
Diferenças de câmbio desfavoráveis				
Outros gastos diferidos a reconhecer				
RENDIMENTOS A RECONHECER	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios				
Prémios de emissão de obrigações				
Diferenças de câmbio favoráveis				
Rédito ao valor presente				
Outros rendimentos diferidos a reconhecer				

14 DEVEDORES E CREDORES POR ACRÉSCIMOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

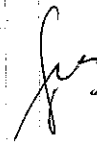
	2017		2016	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Diferimentos				
DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS			1.937,50	0,00
Juros a receber				
Rendas a receber			1.937,50	
Outros acréscimos de rendimentos				
CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	9.798,01		11.456,15	
Prémios de seguros a liquidar				
Remunerações a liquidar	9.502,71		10.266,41	
Juros a liquidar	295,30		1.189,74	
Outros acréscimos de gastos				

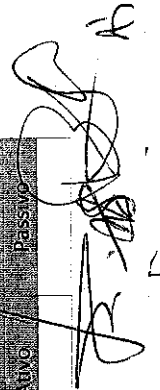
15 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de estado e outros entes públicos apresentava a seguinte composição:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo

Impostos sobre o rendimento





Impostos sobre o valor acrescentado	1.578,91		
Retenção na fonte		183,00	119,00
Contribuições para a segurança social		1.355,14	1.178,39
Tributos das autarquias locais			
Outras tributações			
Totais	1.578,91	1.538,14	1.297,39

16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de fornecimentos e serviços externos nos períodos de 2017 e 2016 é detalhada com se como segue:

	2017	2016	Varição em %
Subcontratos	8.509,94	5.530,00	53,89%
Serviços especializados	11.287,67	5.955,64	89,53%
Materials	2.067,66	980,25	110,93%
Energia e fluidos	11.814,44	11.316,32	4,40%
Deslocações, estadas e transportes	2.528,50	1.716,70	47,29%
Serviços diversos	4.175,73	4.170,53	0,12%
Totais	40.383,94	29.669,44	36,11%

17 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados são reconhecidos como gasto da entidade no período em que os correspondentes serviços são prestados. O direito às férias e subsídio de férias dos empregados vence-se no final de cada ano, sendo pago no período seguinte. No entanto, o gasto correspondente é reconhecido no período em que se venceram e o serviço foi prestado por contrapartida de outras contas a pagar.

A rubrica de gastos com o pessoal nos períodos findos de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Remunerações dos membros dos órgãos Sociais		
Remunerações do pessoal	59.707,68	60.735,41
Pensões		
Indemnizações		
Encargos sobre as remunerações	11.462,01	13.301,29
Seguro Acidentes no trabalho e doenças profissionais	793,04	503,04
Gastos de ação social		
Outros gastos com pessoal	2.682,05	325,56
Totais	74.644,78	74.865,30

O número médio de colaboradores no períodos 2017 e 2016 foi de 6.

Em relação ao pessoal ao serviço e respectivas horas trabalhadas em 2017, a Centro Social e Paroquial de Monsul registou os seguintes valores:

	Nº de Pessoas	Horas Trabalhadas
PESSOAL POR REMUNERAÇÃO:		
Pessoal remunerado	6	
Pessoal não remunerado		
PESSOAL POR SEXO:		
Homens	6	
Mulheres		
PESSOAL POR HORÁRIO DE TRABALHO		
Pessoal ao serviço a tempo completo	6	
Pessoal ao serviço a tempo parcial		
OUTRO DADOS DE PESSOAL:		
I&D - Pessoal em Atividade I&D		
Prestadores de Serviços		
Colocado através Agências Trabalho Temporário		

18 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A composição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos períodos de 2017 e 2016 é conforme se segue:

	Período 2017	Período 2016
Rendimentos suplementares		31,33
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias		
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros	6.010,01	2.080,22
Outros rendimentos e ganhos financeiros		
Totais	6.010,01	2.111,55

19 OUTROS GASTOS E PERDAS

A composição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos períodos de 2017 e 2016 é conforme se segue:

	Período 2017	Período 2016
Impostos	14,20	40,36
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		

Outros gastos e perdas	281,22	297,10
Outros juros e perdas financeiros		104,01
Totais	281,22	401,11

20 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos nos períodos de 2017 e 2016 são detalhadas conforme se segue:

	Período 2017	Período 2016
Juros suportados		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		20,64
Totais	0,00	20,64

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 são detalhadas conforme se segue:

	Período 2017	Período 2016
Juros de financiamentos obtidos		
Totais	0,00	0,00

21 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direcção e autorizadas para emissão no dia 20 de março de 2018. Contudo estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor.

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período ou influenciem a sua apreciação.

22 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação requerida pelo artigo n.º 210º do Código Contributivo:

A Direcção informa que no final do período de 2017 esta entidade tinha a sua situação regularizada perante a Segurança Social.

Informação requerida no art.º 2º do Decreto-Lei n.º 534/80 de 7 de Novembro:

A Direcção informa que no final do período de 2017 esta entidade tinha a sua situação regularizada perante o Estado.

23 OUTRAS INFORMAÇÕES

Proposta de aplicação dos resultados

Conforme proposta que consta do Relatório de gestão, a Direcção propõe aos sócios que os resultados do exercício do ano 2017, no montante global positivo de 382,29 euros, tenha a seguinte aplicação:

Reserva Legal
Reserva Livre

Dividendos Resultados Transitados

382,29

Póvoa de Lanhoso, 20 de março de 2018

Direccão

O Contabilista Certificado

Direção
 V. A. T. R. M. L. A. P.
 José Manoel Leal e Silva
 João José Ferreira
 T. A. L. R. S.
 B. L. P. L.

